



Combatendo a desigualdade social diante da pandemia da Covid-19- as ações de solidariedade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Raquelibe da Silva Santos¹

Ivo Marcos Theis²

Valmor Schiochet³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo central apresentar uma reflexão sobre a importância dos movimentos socioterritoriais frente às ações de combate à desigualdade social no período de pandemia (2020-2021). Neste sentido, o texto trata de um debate sobre a pandemia da Covid-19 e os impactos decorrentes na sociedade e discute sobre o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), suas ações de solidariedade e o debate sobre o Plano de Reforma Agrária Popular. O estudo é finalizado com uma apresentação de dados, decorrentes do resultado de um questionário aplicado on-line sobre a visão da sociedade em torno do MST. Por fim, o artigo apresenta uma reflexão que evidencia o campesinato, o qual, apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e sofrendo com os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento do agronegócio, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, quando vemos ações que pautam novas possibilidades de produzir, consumir e proteger a natureza, impulsionando a qualidade de vida no campo e na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Solidariedade; Pandemia; Movimentos; Socioterritoriais.

COMBATING SOCIAL INEQUALITY IN THE FACE OF THE COVID-19 PANDEMIC - THE SOLIDARITY ACTIONS OF THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT

ABSTRACT: The main objective of this article is to present a reflection on the importance of socio-territorial movements in the face of actions to combat social inequality in this pandemic period, 2020-2021. In this sense, the article deals with a debate on COVID-19 and the impacts resulting from this pandemic. It discusses the emergence of the Landless Rural Workers Movement (MST), its solidarity actions and the debate on the Popular Agrarian Reform Plan. This study ends with a presentation of data, resulting from the result of a questionnaire applied online on society's vision of the MST. Finally, the article presents a reflection that highlights the peasantry, which, despite all the subordination that has been going through over the centuries and has been suffering from the impacts arising from the agribusiness development model, has much to contribute to the development of regions, when we see actions that guide new possibilities of producing, consuming and protecting nature, boosting the quality of life in the countryside and in the city.

KEYWORDS: Solidarity; Pandemic; Socio-territorial; Movements.

¹ Professora de Geografia. Mestre em Geografia. Estudante do curso de doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: sraquelinesantos@gmail.com

² Mestrado em Administração Pública. Doutorado em Geografia. Pós Doutor em Política Científica e Tecnológica e em Desenvolvimento Regional. E-mail: sraquelinesantos@gmail.com

³ Mestre em Sociologia Política e Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: sraquelinesantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Partilhar os produtos da terra para ajudar as famílias necessitadas das periferias das cidades é um sinal do Reino de Deus que gera solidariedade e comunhão fraterna. [...] Pedimos a Deus Pai que derrame sua bênção sobre os produtos que vocês estão partilhando e que Ele abençoe também a todas as famílias que doaram e aquelas que vão receber os alimentos. E que o Espírito Santo vos proteja do vírus da Covid-19, vos dê coragem e esperança neste tempo de isolamento social! E neste dia dos agricultores, que o nosso Bom Deus proteja e abençoe todas as famílias que trabalham na terra e lutam pela partilha da terra e pelo cuidado de nossa casa comum!

Papa Francisco ao MST¹

O objetivo central do nosso artigo é apresentar uma reflexão sobre a importância dos movimentos socioterritoriais frente às ações de combate à desigualdade social desde março de 2020, período da pandemia da Covid-19. O escritor e jornalista Eduardo Galeano, em uma entrevista, disse: “Eu não acredito em caridade, eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical, vai de cima pra baixo. Solidariedade é horizontal”. Com base nessa fala, retirada da página eletrônica do MST², é isto que o movimento promove, a solidariedade, quando cria uma campanha nacional de doação de alimentos no país, chegando a doar toneladas de alimentos para os mais pobres, pois a pandemia afetou drasticamente os grupos mais vulneráveis.

São essas ações que demonstram a existência de outro modelo de desenvolvimento pautado na proposta da Reforma Agrária Popular. É preciso pensar que as ações dos movimentos socioterritoriais no enfrentamento ao Estado e na posição que se colocam diante da sociedade são uma possibilidade de dialogarmos com outras condições de produção e de relação com a terra, o meio ambiente e a qualidade de vida no campo e na cidade.

Para este estudo, tomamos como referência debates sobre a Covid-19, conceitos dos movimentos socioterritoriais, ações de solidariedade do MST, o surgimento do movimento e a reforma agrária popular. Realizamos a aplicação de um questionário on-line, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e mídias sociais, com o objetivo de obter respostas sobre como as pessoas compreendem o MST, suas relações de produção, suas ações de luta e seus projetos políticos.

O levantamento de dados foi obtido através de plataformas on-line, a partir de um questionário elaborado pela base do Google Forms. Para a coleta de dados

¹ MST. Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-do-mst/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

² Solidariedade não é caridade: Em campanha de combate à fome, MST já doou mais de 2300 toneladas de alimentos em todo o país. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/25/solidariedade-nao-e-caridade/>. Acesso em: 2 set. 2020.

do questionário virtual, foi inserido um Termo de Consentimento, para explicar sobre a pesquisa e solicitar autorização dos respondentes para o uso posterior dos dados. Não se definiu uma amostra, pois o questionário foi publicado em redes sociais, listas de e-mails e listas de grupos e foi enviado via plataforma de mensagens instantâneas. A amostra não foi definida, uma vez que o questionário não tinha como objetivo direcionar-se a algum grupo específico, e sim disseminar-se para obter o maior número possível de respondentes. O questionário foi composto de 13 questões e foram obtidas 85 respostas.

O trabalho, portanto, contribui para uma reflexão sobre os movimentos socioterritoriais e suas ações no contexto do desenvolvimento das regiões, uma vez que o movimento em questão não delimita suas lutas a um grupo específico, mas à sociedade como um todo.

A PANDEMIA DA COVID-19

Antes da pandemia, o mundo já apresentava problemáticas relevantes para serem discutidas, como a fome, a falta de infraestrutura, a desigualdade social, o desemprego e a precarização da saúde. Com a pandemia, pareceu-nos que essas situações ficaram mais claras para alguns desavisados, pois mostrou-nos a problemática que é gerada em torno da sociedade. Não importou se o país era pobre ou rico, houve grandes consequências decorrentes da pandemia, porém é claro que, nos países mais pobres, ou naqueles que não há uma estrutura política forte, as consequências foram mais devastadoras, como foi o caso do Brasil.

As grandes transformações sociais, econômicas e ambientais têm gerado grandes choques na humanidade, principalmente se pensarmos nas condições de exploração ambiental que vivenciamos em pleno século XXI e em função da dinâmica de produção e consumo que a humanidade vivencia. A globalização, tida como o período das técnicas, do avanço da ciência, da tecnologia e da informação, é um contexto que proporciona mudanças de efeitos positivos e negativos na sociedade.

Estamos cada vez mais evoluídos em desenvolvimento tecnológico; as transações econômicas ocorrem instantaneamente; a internet nos liga ao mundo; melhoramos as condições de acesso à saúde, o aumento da expectativa de vida, a diminuição do analfabetismo e o acesso a mais conhecimento; temos melhor acesso à higiene básica, mas não temos um sistema global de saúde capaz de frear uma pandemia, que se expandiu rapidamente e modificou drasticamente a vida da maior parte da população mundial.

No caso do Brasil, a falta de políticas governamentais em torno do combate à pandemia da Covid-19 levou a um grande número de mortes no país, assim como ao aumento do número de desempregados, de desabrigados e de pobres no país³,

³ Brasileiros que vivem na extrema pobreza. <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-br>

afetando profundamente a vida das pessoas. De acordo com Alfredo Martins, em um artigo de opinião para o endereço eletrônico da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI), o novo vírus da SARS-COV-2 foi designado como Covid-19. O vírus alterou profundamente a nossa vida, com a modificação da nossa rotina, a perda do espaço de trabalho, a perda de familiares, a diminuição da circulação de pessoas e o distanciamento social estabelecido como medida preventiva no combate à doença.

Quando estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia em 11 de março de 2020, foi preciso que os países tomassem medidas de enfrentamento para prevenirem-se do vírus, tais como: higienizar as mãos, usar máscaras, manter distância de 1,5 m das pessoas, ter cuidado ao tossir e evitar ambientes cheios. As recomendações da OMS, assim como dos países e seus respectivos estados e municípios, como é o caso do Brasil, indicaram uma parada brusca nas atividades cotidianas, e isso levou a uma drástica mudança nas relações de trabalho, consumo, ensino e produção.

As mudanças destacaram o posicionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e seu preparo para lidar com a situação pandêmica no país. Por outro lado, a gestão do governo, representada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, minimizou o problema,

[...] dizendo estar preocupado com o assunto, mas sem ver razão para alarme. Tal postura, apontada pelos veículos de comunicação como imitação do presidente estadunidense, Donald Trump, repete-se, com pequenas variações de teor e tom ao longo de todo o primeiro semestre de 2020, várias vezes, ecoada entre os seguidores políticos do governo e estimulada também por eles. A polarização, nesse caso, não se traduz apenas no debate público, mas tem consequências nas ações do poder público e da sociedade ante a expansão da Covid-19. (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 31)

Ao longo de toda a pandemia, vimos a fragilidade do Estado, em sua representação política, no tratamento dado às questões das condições sociais do país e das problemáticas agravadas pela Covid-19. Foi preciso um posicionamento isolado

[sileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml](#)

Aumento da pobreza com o agravamento da COVID 19. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/pandemia-agravou-o-aumento-da-pobreza-no-brasil/>

Desemprego. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml

Desabrigados. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/pandemia-aumenta-numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-no-rio>. <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/02/20/com-pandemia-numero-de-moradores-de-rua-cresce-18percent-em-piracicaba-em-2020.ghtml>. Acesso aos sites no dia 17 de outubro de 2021.

de estados e municípios para enfrentar as problemáticas acentuadas pela doença e buscar manter o controle nesses locais para diminuir a transmissão do vírus.

A crise da Covid-19 provocou consequências sociais, econômicas, políticas etc., assim como uma profunda mudança nas relações de trabalho, que potencializou outras formas de se relacionar, se comprometer e se dedicar ao trabalho. Por exemplo, o home office apresentou outra possibilidade de pensar as relações de trabalho, com vantagens e desvantagens, seja para o trabalhador, seja para o empregador, mesmo assim, esse último tendeu a sair mais beneficiado dentro dessa relação, uma vez que o trabalhador aumentou sua carga de trabalho. Esse tem sido um modelo de trabalho que pode vir a ser uma opção para a economia mundial.

Outra questão que merece destaque é a saúde dos trabalhadores, a qual não foi levada em conta nem pelo governo, nem por algumas empresas. No Brasil, as carreatas feitas por empresários solicitando que a força de trabalho voltasse aos seus postos foram o reflexo dessa situação. O trabalhador é a força que move o capital, pois é através de sua força de trabalho que ele impulsiona a economia e a produtividade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, contribuiu com informações confiáveis para a sociedade sobre os impactos da pandemia nos indicadores de trabalho e saúde, mostrando as desigualdades presentes em nosso país. A pesquisa na página eletrônica do IBGE mostra-nos um panorama geral das condições de trabalho e saúde no Brasil (BGE/PNAD, 2020).

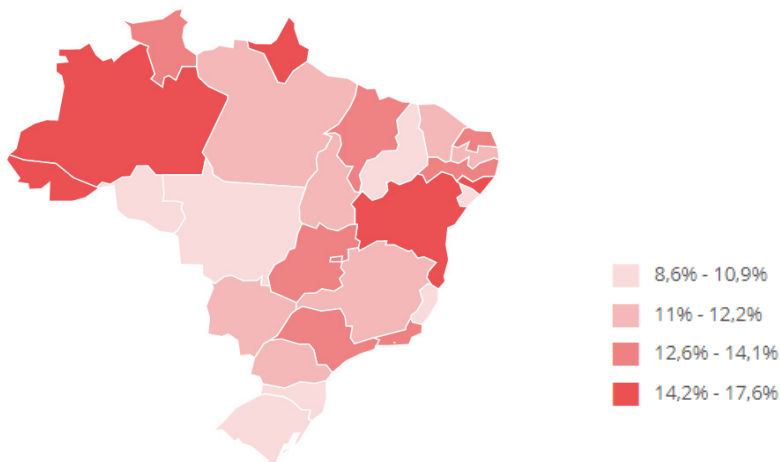
Na categoria trabalho, a pesquisa evidenciou tópicos sobre: subutilização da força de trabalho, ocupação, afastamento do trabalho (devido ao distanciamento social), trabalho remoto, auxílio emergencial, horas trabalhadas e rendimentos. Na categoria saúde, há uma delimitação precisa sobre a Covid-19, em que se leva em consideração os sintomas da doença, os sintomas associados à síndrome gripal, os estabelecimentos de saúde e as providências tomadas por quem não buscou estabelecimentos de saúde.

Com base numa leitura criteriosa dos dados apresentados pela PNAD-COVID19, percebeu-se a desigualdade presente no Brasil, fator esse colocado em pauta com a chegada da pandemia ao país. Com base nos dados da pesquisa (junho de 2020),

⁴ A PNAD-COVID-19 foi implementada em plena pandemia da Covid-19 não só para obter informações sobre os sintomas referidos da síndrome gripal, como também para ser utilizada como instrumento de avaliação e monitoramento do combate aos efeitos dessa pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro. Constitui uma pesquisa de amostra fixa de domicílios (“painel domiciliar”) que segue, mensalmente, as unidades amostradas em cada uma das quatro semanas do mês. A âncora dessa amostra é formada pelos domicílios entrevistados pela PNAD Contínua no primeiro trimestre de 2019; sendo assim, será possível não só avaliar o presente mas também, futuramente, a dinâmica temporal da pandemia, isto é, o antes, o durante e o depois (IBGE/PNAD, 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: PNAD COVID-19: junho/2020: resultado mensal / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101737>. Acesso em: 18 out. 2021.

analisamos as unidades federativas e as disparidades no que se refere à taxa de desocupação, como podemos ver no Mapa 1 a seguir.

Mapa 1 – Taxa de desocupação.



Fonte: PNAD-COVID19, 2020.

Há uma elevada taxa de desocupação entre as regiões Norte e Nordeste e uma menor taxa de desocupação entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste, mas um número muito expressivo é a baixa taxa de desocupação na Região Sul. A taxa de desocupação mostra o número de desempregados no Brasil, e ela é definida pela porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas (PNAD, 2020).

De acordo com o IBGE,

[...] no 2º trimestre de 2020, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 13,3%. Esta estimativa apresentou aumento de 1,1 pontos percentuais em comparação com o 1º trimestre de 2020 (12,2%), e aumento de 1,3 pontos percentuais frente ao 2º trimestre de 2019 (12,0%). No confronto trimestral por Regiões, esse indicador apresentou o seguinte comportamento: Norte (estabilidade), Nordeste (estabilidade), Sudeste (aumento de 12,4 para 13,9), Sul (aumento de 7,5 para 8,9) e Centro-Oeste (aumento de 10,6 para 12,5). A Região Nordeste permaneceu registrando a maior taxa de desocupação entre todas as regiões (16,1%). (IBGE/PNAD, 2020, p. 7)

Com base nessas informações, observamos que houve uma desigualdade na taxa de desocupação entre as regiões do país. De acordo com o IBGE, com a

pandemia da Covid-19, a taxa de desocupação revelou a crise de empregabilidade e o crescimento do trabalho informal⁵ no Brasil. A pesquisa mostrou que o número de “trabalhadores informais foi de 29,0 milhões de pessoas em junho”, período que estamos analisando. O trabalho informal foi maior nas regiões Norte (49,4%) e Nordeste (45,6%).

A PNAD-COVID19 nos mostrou outro indicador que merece ser destacado: o afastamento do trabalho devido ao distanciamento social. Ao total, foram 7 milhões de pessoas afastadas do trabalho até o período de junho de 2020. Esse quadro atingiu, principalmente, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, e essa situação, conseqüentemente, levou à necessidade de o Estado conceder um auxílio para a maior parte da população, pois tivemos milhões de pessoas ocupadas e afastadas que deixaram de receber remuneração, o que leva a uma incerteza social e econômica muito grande, pois os impactos da pandemia se somaram à crise econômica que o Brasil já vinha vivenciando.

De acordo com o IBGE, através da PNAD-COVID19,

[...] a população desocupada passou de 10,1 milhões para 11,8 milhões de pessoas (16,6%) no mês de junho. Portanto, neste mesmo período, a força de trabalho, que corresponde à soma da população ocupada e a desocupada, passou de 94,5 milhões para 95,3 milhões (0,8%). Quando analisa-se as diferenças entre homens e mulheres em relação a taxa de desocupação, entre as mulheres os indicadores são maiores com 14,1% e os homens com 11,1%, essas diferenças também estão divulgadas pelo IBGE entre cor ou raça, onde a população de cor preta ou parda tem um percentual de 14,0% de pessoas desempregadas, já em relação a população branca apenas 10,6% das pessoas desse grupo estão nos indicadores das taxas de desocupação. (IBGE/PNAD-COVID19, 2020, online)

Portanto, a Covid-19 evidenciou problemáticas já existentes em nosso país, que se agravaram diante da desigualdade social, por cor, nível de instrução, condições de acesso à saúde, à moradia etc. A PNAD-COVID19 nos deu um panorama dessas problemáticas quando evidenciou as diferenças e realidades nas condições de desenvolvimento e os efeitos perversos da pandemia sobre as condições de trabalho no Brasil.

Ao analisarmos as condições de desenvolvimento entre o campo e a cidade nas circunstâncias impostas pela pandemia, de acordo com o IBGE 2020, os

⁵ De acordo com o IBGE, o trabalhador informal é classificado como a pessoa que era ocupada como empregado do setor privado sem carteira; trabalhador doméstico sem carteira; empregador que não contribui para o INSS; trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; ou trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente (IBGE/PNAD-COVID19, 2020).

agrupamentos de atividades, como agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, foram os setores que menos afastaram pessoas, em torno de 5,2% (IBGE/PNAD-COVID19, 2020).

Nas regiões brasileiras, o campo brasileiro está organizado de formas diversas. Algumas áreas apresentam maior dinamismo econômico, e outras, maiores concentrações de renda, disputas por terras, conflitualidades na luta pelo território e precarização das relações de trabalho. Essas são algumas das características que determinam as condições do campo no Brasil. No contexto da pandemia, ao mesmo tempo que houve um aumento da produção de grãos, milhões de brasileiros estiveram em condições de pobreza extrema e fome. Para a Organização Mundial do Comércio (OMC), “cerca de três a cada quatro domicílios nas áreas rurais brasileiras (75,2%) apresentam estágios de insegurança alimentar entre agosto e dezembro de 2020” (CANAL AGRO, 2021).

Os fatores que agravaram as condições de desigualdade no campo estavam motivados pela alta concentração de terras no país, pelo avanço do agronegócio com a produção de commodities e pela falta de investimentos públicos na pequena produção e na agricultura familiar. No campo, o trabalho continuava mesmo sem o apoio de políticas públicas para os camponeses. Muitos camponeses que atuavam em feiras livres e que escoavam sua produção para supermercados e tinham venda direta com os consumidores sentiram os impactos da Covid-19, pois as vendas tornaram-se difíceis em função das medidas sanitárias adotadas pelos municípios e estados.

Por outro lado, os camponeses, principalmente aqueles ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), diante da pandemia, promoveram ações de solidariedade, que viabilizaram o escoamento da produção, mas contribuíram para a segurança alimentar de muitas famílias pobres em nosso país. O trabalho camponês vinculado ao movimento sempre fez ações do tipo, mas, nesse momento de pandemia, essas ações de solidariedade, direcionadas para atender aos que mais sofrem nesse momento, proporcionaram outra possibilidade de interação dos movimentos com a sociedade civil.

Somente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), já doou mais de 2,6 mil toneladas de alimentos frescos e agroecológicos, para as periferias das cidades, trazendo junto com os alimentos, a consciência da importância da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular. Movimentos mais urbanos, como a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), também atuam levando doações e informações aos excluídos

pelo governo de ultradireita que assola o país no momento mais grave da nossa história. (MST, 2020, online)

Neste sentido, constatamos que os movimentos socioterritoriais, denominados desta forma por considerarmos que provocam alteração na criação ou recriação do território, são movimentos que, mesmo lutando pela terra e resistindo frente às profundas mudanças pelas quais vem passando o campo no Brasil, são um exemplo de luta e solidariedade nesse país. O conceito de movimentos socioterritoriais, elaborado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, apresenta uma perspectiva geográfica, a qual evidencia que,

[...] para evitar mal-entendidos [...], enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (FERNANDES, 2005, p. 279)

Os movimentos socioterritoriais, a partir de uma perspectiva geográfica, são considerados movimentos que têm como “trunfo o território” [...] e que “criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios” (FERNANDES, 2005, p. 280).

Os movimentos de luta pela terra têm resistido desde o início do século XX diante das profundas mudanças pelas quais o campo vem passando no Brasil em função da expansão do agronegócio e das fronteiras agrícolas. Com os impactos ocasionados por esse processo de modernização no campo brasileiro, os camponeses sentiram e sentem na pele a subordinação, a proletarização e a desterritorialização. Por meio da luta e da organização em movimentos socioterritoriais, eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se, em função da conquista dos acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos socioterritoriais como principais agentes de mudança e de resistência no campo brasileiro.

Historicamente, o MST é criminalizado por suas ações de luta pela terra e de enfrentamento ao capitalismo, porém ele tem se sobressaído a partir da (re)criação da classe camponesa, e é por meio dessas ações no contexto da pandemia que os camponeses mostraram possibilidades de atuarmos frente a essa conjuntura de crise e nos permitiram pensar em outras possibilidades de sociedade, de relações

de trabalho, de produção e de consumo.

A lógica de desenvolvimento que pauta a economia agrária do Brasil é baseada em um modelo dos países centrais, ou seja, o agronegócio, a modernização e a industrialização no campo como fonte de produção e renda. Nesse panorama de modernização, a classe camponesa precisa ser apresentada como um grupo que resiste às condições impostas por esse modelo de desenvolvimento no campo.

O camponês, apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e do sofrimento com os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento global, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, principalmente quando se refere à produção do campesinato no Brasil, pois este, dentro da lógica de desenvolvimento capitalista, através de sua resistência, nos mostra uma possibilidade de outro modelo de desenvolvimento.

Os camponeses estão na lógica do modelo de desenvolvimento que luta pela terra, pela reforma agrária, buscando implantar uma agricultura mais saudável e extinguir o uso de agrotóxicos. O modelo de desenvolvimento camponês tem outra lógica de produção, progresso e economia. Há uma relação com a terra para além de reconhecê-la como mercadoria. Portanto, compreender o campesinato é entender que ele se recria constantemente e tem buscado não se sujeitar às pressões do capitalismo sobre o campo, buscando alternativas de sobrevivência em meio ao avanço do agronegócio sobre seu território.

O agronegócio caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no campo, ele é o retrato da modernização do campo e do aumento da concentração de terras em nosso país, bem como a centralização produtiva de monoculturas. O agronegócio é destrutivo, é um modelo de desenvolvimento que “promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES; WELCH, 2004).

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, “a produção de commodities no Brasil aumentou drasticamente nos últimos 60 anos” (ABRASCO, 2021, p. 15), o que evidencia o crescimento do agronegócio no país. O agronegócio tem como lógica a concentração e a exploração; é um modelo de produção que, atualmente, busca representar a imagem de um setor econômico que promove a alta produtividade e a geração de riqueza para o país (FERNANDES, [s. d.], p. 1.).

De acordo com Fernandes,

[...] o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. O agronegócio vende a ideia de que seu modelo

de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneízam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional. (FERNANDES, [s. d.], p. 3-4)

Neste sentido, temos dois modelos de desenvolvimento: o do agronegócio, pautado na produção de *commodities*, na intensa produtividade e na concentração de terras, e outro pautado na agricultura camponesa, que tem como foco a produção na diversidade e no uso de múltiplos recursos naturais (FERNANDES, [s. d.]). Diante desses modelos de desenvolvimento distintos, a resposta à pandemia veio do modelo de desenvolvimento do campo, o qual vem contribuindo no combate à fome por meio da solidariedade e das doações de suas produções.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

A data de fundação do MST é janeiro de 1984 e tem como “berço o sul do país” (FERNANDES; STEDILE, 2005). O processo de modernização do campo alterou profundamente as relações de produção no Brasil; o avanço da soja, do café e do milho; a saída do homem do campo para o contexto urbano, ou seja, o êxodo rural, que foi se intensificando à medida que o campo se modernizou e o camponês já não conseguia garantir sua sobrevivência.

No entanto, nem todos os camponeses se sujeitaram a ir para a cidade em busca da famosa melhoria das condições de vida, discurso que permeava – e ainda permeia – a imagem da cidade, ou seja, lá havia melhores condições de trabalho, moradia, educação e saúde, porém, não se levava em consideração as problemáticas enfrentadas por quem vem de regiões distintas para a área urbana, como a falta de oportunidade de trabalho, devido à baixa escolarização, ou a falta de mão de obra qualificada para empregos específicos do espaço urbano, entre outros fatores.

É importante destacar que essa conjuntura é um dos princípios para o surgimento do MST, pois o início do movimento tem uma “base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 17).

O MST se constitui como um movimento popular que abrange os trabalhadores e camponeses; ele traz em si a realidade da luta do povo brasileiro. No caso de sua territorialidade, abrange todo o território nacional, e desde a década de 1980, busca melhores condições de vida, através da luta pela terra, por moradia, por educação

e por direitos necessários para a manutenção da vida no campo.

Segundo o professor e dirigente do movimento, João Pedro Stédile, o MST, ao se constituir como movimento, se organiza em sua base formativa a partir de princípios que são reconhecidos, como: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta pela terra e pela reforma agrária, vinculação com a base (FERNANDES; STEDILE, 2005). É no contexto dessa base formativa que também entra o combate à desigualdade social. Conforme Miguel Carter, “o MST é o maior e mais proeminente movimento social da América Latina”, que tem tido “esforços contínuos para combater os padrões históricos de desigualdade social no Brasil” (CARTER, 2010, p. 27).

Ainda de acordo com Carter (2010, p. 41), o “MST, desde a sua gênese, é uma associação de pessoas pobres”. A pobreza referida aqui é de renda, pois, no contexto da pandemia da Covid-19, vimos a expressão da riqueza do movimento quando lemos várias matérias, as quais demonstraram o suporte e o auxílio do MST no combate à pandemia com a distribuição de alimentos agroecológicos. Para Débora Nunes, da direção nacional do MST, mesmo que o movimento se destacou com ações de solidariedade na pandemia, “esta é uma prática existente desde o começo do Movimento Sem Terra, produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo brasileiro não é uma tarefa nova para as famílias acampadas e assentadas da reforma agrária” (MST, 2020, online)⁶.

O MST é um movimento de luta pela terra, pela melhoria das condições de vida da sociedade, pois, na sua luta, está articulada a relação cidade-campo, logo não podemos pensar o movimento de forma isolada. As ações do movimento no contexto da pandemia foram bem marcantes, e ele continuou realizando práticas no combate à desigualdade social no Brasil, bem como criou estratégias de combate à fome no país, com suas produções agroecológicas. Segundo a plataforma on-line do movimento, “uma das [...] principais contribuições para a sociedade brasileira é cumprir o [...] compromisso em produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro” (MST, 2020, online).

Eles fortalecem a soberania alimentar de nosso país quando se organizam em “cooperativas, associações e agroindústrias”, desenvolvendo “a cooperação agrícola como um ato concreto de ajuda mútua que fortaleça a solidariedade e potencialize as condições de produção das famílias assentadas”, melhorando, nessa lógica, não só as condições de vida dos camponeses mas também da população urbana (MST, 2020).

Os movimentos socioterritoriais no Brasil enfrentam diariamente a negação de vários direitos para a sobrevivência, seja os do campo, da cidade, de gênero, entre outros. Contudo, o MST é um movimento que integra uma luta nacional desde

⁶ MST. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalam-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

1984, que, mesmo com suas controvérsias, contribui significativamente para várias mudanças sociais, econômicas e políticas. Sua luta não é individual, e sim social, e expressa “a força, a incisividade e as aspirações a uma mudança social fundamental” (CARTER, 2010, p. 495).

E é nessa luta pela mudança social que o MST, na pandemia da Covid-19, contribuiu para combater a desigualdade social em nosso país, doando alimentos saudáveis para a população, como “abóbora, batata-doce, arroz, feijão, mandioca, ovos, hortaliças, carnes, queijo, fubá, farinha de milho” (MAFORT, 2020), que fazem parte da nossa alimentação diária. São alimentos saudáveis, que não se produzem nos campos do agronegócio. Na contramão do agronegócio, o MST, junto aos camponeses, lutam, reivindicam direitos e fazem ações que contribuem para a conquista de quatro pilares, os quais o Estado nega à população: “terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteção da natureza, água e biodiversidade e a vida digna no campo”. Para isso, cria o Plano Emergencial da Reforma Agrária Popular, que tem como objetivo, com base nesses pilares, “enfrentar o problema da alimentação no Brasil: a distribuição de terra” (MAFORT, 2020, online).

REFORMA AGRÁRIA POPULAR

O debate da reforma agrária sempre esteve voltado para uma política de distribuição de terras, que diminuísse a alta concentração fundiária no Brasil. No entanto, desde que se instituiu o debate e a luta pela reforma agrária, nenhum governo contribuiu de forma efetiva para a realização de tal política pública. O que se construiu ao longo do tempo foi a formação de políticas públicas dentro do contexto neoliberal, assim como é a Reforma Agrária de Mercado⁷, que se consolidou como uma estratégia que beneficiou os grandes proprietários de terra e contribuiu para o aumento da pobreza no campo, devido ao endividamento dos camponeses, que se submeteram a processos de subordinação, bem como de resistência, para, desta forma, se fortalecerem dentro do sistema em que estão inseridos (RAMOS FILHO, 2013).

Estamos vivendo um ano atípico no mundo, e no Brasil, além de toda a problemática da pandemia, precisamos lidar com um governo que dá mais complexidade às situações que precisamos enfrentar: sociais, crise sanitária, saúde pública, educação, moradia, alimentação, direitos trabalhistas, desemprego etc. Há uma

⁷ Reforma Agrária de Mercado é um programa de financiamento de terras para trabalhadores sem-terra e minifundistas. [...] No Brasil este programa foi iniciado a partir da implantação do Projeto-Piloto Cédula da Terra – PCT. [...] A RAM trata-se de um mecanismo de reforma agrária pacífica, cuja intenção é desqualificar e despoltizar a reforma agrária constitucional, que prevê o mecanismo desapropriatório no processo de arrecadação das terras e que decorre, na maioria dos casos, das lutas dos trabalhadores em movimento. Com isso, atendia aos interesses dos capitalistas proprietários de terras em tentar controlar as lutas no campo, proteger a propriedade privada e viabilizar condições objetivas para o funcionamento do mercado de terras. (RAMOS FILHO, 2008, p. 45-46)

gama de problemas que precisamos encarar diariamente em nosso país e que se agravaram com a problemática da Covid-19.

A preocupação estava centrada em “salvar a economia” em detrimento de salvar vidas, e é neste sentido que o movimento socioterritorial, como o MST, teve uma importância significativa para os trabalhadores, sejam os do campo ou da cidade, pois o movimento se articulou para pensar em alternativas que ampliassem a melhoria das condições de vida da população, como foi o caso do lançamento do “Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna”, que foi na contramão da Reforma Agrária de Mercado (MST, 2020, online).

Segundo Kelli Mafort, em entrevista dada à página eletrônica do MST, “o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular é uma construção do MST para a sociedade brasileira e está dentro da conjuntura da pandemia, que expôs as diversas contradições do capital, especialmente em relação à desigualdade social”. É nessa conjuntura de pandemia que vimos a fragilidade do capital, pois este tem seus limites.

Já a Reforma Agrária de Mercado

[...] resulta de um acordo, durante o governo de FHC, de concessão de empréstimos pelo Banco Mundial para que os governos dos países credores criassem programas de financiamento voltados à compra de terras por camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra, por meio de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. (RAMOS FILHO, 2013, p. 12)

Há conflitualidades na perspectiva de desenvolvimento da reforma agrária no Brasil. O governo, por um lado, desenvolve modelos que cada vez mais empobrecem o camponês e o endividam, gerando pobreza no campo; por outro lado, a luta dos movimentos socioterritoriais apresenta um modelo de desenvolvimento do campesinato sob outra lógica, a qual se reproduz a partir da ação coletiva, das cooperativas, das agroindústrias, dos acampamentos, dos assentamentos, das ocupações e da luta pela terra de um modo geral. No contexto de pandemia, o MST se sobressaiu mais uma vez, quando lançou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular.

Conforme Mafort (2020), a pandemia expôs um problema social muito grave e que tem relação com a crise do sistema do capital, que é “uma crise política, econômica, ambiental e social”. Para a autora, a “pandemia também é proveniente de um enorme desequilíbrio do capital com a natureza”. É devido a essa problemática que enfrentamos a “COVID19 com um enorme custo humano, de vidas que estão sendo ceifadas, mortes que poderiam ser evitadas e por isso nós precisamos de

medidas emergenciais” (MST, 2020). Com base nessas medidas, o Plano é um importante passo para o acesso à reforma agrária popular; apenas sujeitos críticos, ativos e propositivos podem contribuir para mudar a realidade em que vivemos, e temos um claro exemplo disso através do MST.

Para Ricardo Antunes, o capitalismo é o sistema da relação entre o homem e a natureza dentro das relações de produção. Nele, há a destruição da natureza para o consumo humano, o avanço das técnicas, das mercadorias e, conseqüentemente, o acúmulo do capital e o próprio fortalecimento do capitalismo. Nesse sentido, o capitalismo é expansionista, incontrolável e destrutivo: expansionista, pois necessita expandir-se para obter mais-valor; destrutivo, pois explora a natureza, as relações de trabalho e tem sua expansão ilimitada; com isso, torna-se incontrolável. Para o autor, o capital é letal e autofágico (ANTUNES, 2020).

Contraopondo-se a esse processo autodestrutivo, o MST busca maneiras de ampliar as possibilidades de produção e de acesso à terra, à moradia, à alimentação saudável e à educação para todos. Os camponeses, nesse processo de enfrentamento ao capital, buscam superar a lógica destrutiva do mercado capitalista, portanto o Plano é uma estratégia que visa beneficiar não só o contexto do campo mas também urbano; é uma luta para toda a sociedade. O Plano se estrutura em quatro pilares, a saber: terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteger a natureza, água e biodiversidade e condições de vida digna no campo (Quadro 1).

O Plano Emergencial é uma alternativa para que os movimentos socioterritoriais possam mostrar à sociedade e ao governo a necessidade de olhar para o campo e combater o avanço do agronegócio sob o modo de vida camponesa. O ensejo pela realização da reforma agrária no Brasil é algo que vem sendo discutido há muito tempo. Mesmo com algumas ações de implantação de assentamentos e o desenvolvimento de políticas públicas para a educação, a saúde e a produção, ainda precisamos avançar muito, pois a alta concentração fundiária em nosso país é um dos pressupostos para as diversas problemáticas que há no território do campo.

Além desses fatores apresentados no texto, é preciso também dialogar com a sociedade civil, a qual, em sua maioria, não tem uma ampla visão dos movimentos socioterritoriais e suas ações. É com base nesse princípio que criamos um questionário para termos uma visão de como as pessoas compreendem os movimentos sociais em suas dimensões de luta, direitos, produção e ações.

Quadro 1 – Pilares do Plano Emergencial da Reforma Agrária do MST.

Terra e Trabalho	Produção de alimentos saudáveis	Proteger a natureza, água e biodiversidade	Condições de vida digna no campo
<p>Arrecadação imediata das terras públicas devolutas e a destinação para a Reforma Agrária.</p> <p>Cobrar dívida de empresas e converter em terras.</p> <p>Assentar famílias próximas a centros urbanos.</p> <p>Suspensão dos despejos e reintegração de posse.</p> <p>Assegurar aos povos indígenas e povos quilombolas a demarcação e o reconhecimento dos seus territórios.</p>	<p>Retomada emergencial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).</p> <p>Assegurar a PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar),</p> <p>Liberação de recursos para um plano nacional de agroecologia, garantindo imunidade para o povo brasileiro e o acesso à comida de verdade sem agrotóxicos.</p> <p>Incentivo para a produção de comida sem veneno.</p>	<p>Zelar pelos nossos bens naturais, pela natureza, incentivar o plantio de árvores, mas também a proliferação de agroflorestas.</p> <p>Fazer frente a toda essa política de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, pelo ministro Ricardo Salles.</p>	<p>Debate ao enfrentamento da violência doméstica.</p> <p>Garantir para as populações no campo de assentamentos e acampamentos, moradia digna para que também a juventude permaneça no campo.</p> <p>Não permitir que nenhuma criança esteja desassistida neste processo de pandemia em relação às escolas do campo.</p>

Fonte: MST – Entrevista exclusiva com Kelli Mafort, coordenação nacional do MST (2020-2021).

ANÁLISE DOS DADOS

A luta dos movimentos socioterritoriais, como o MST, vem avançando desde a década de 1980. Entender o papel desses movimentos na sociedade é de suma importância, uma vez que são os atores deles que historicamente contribuem para a luta de direitos e para o enfrentamento ao Estado e até mesmo ao capital. Infelizmente, boa parte da sociedade não está a par da luta dos movimentos socioterritoriais, como o MST, nem sabem de suas ações, devido à alta criminalização feita pela mídia. Por outro lado, na universidade, existem grupos que contribuem significativamente

para melhorar a visão da sociedade sobre o movimento e compreender que as ações dele são uma luta de todos e que é preciso uma relação campo-cidade para que as lutas do campo possam ampliar não só seus direitos mas também a melhoria da qualidade de vida de todos.

A metodologia usada para o levantamento de dados se deu através da criação de um questionário, após seminários desenvolvidos na disciplina Desenvolvimento Regional e Pandemia, momento em que surgiu a ideia de evidenciar a contribuição do campesinato no contexto da pandemia. A partir disso, criou-se o artigo e aplicou-se um questionário on-line, elaborado no Google Forms, que é um aplicativo para coletas de dados e pesquisas on-line. No questionário virtual, foi inserido um Termo de Consentimento, para explicar sobre a pesquisa e solicitar autorização dos respondentes para o uso posterior dos dados. Não se definiu uma amostra para a coleta de dados, pois, por ser on-line, gostaríamos de obter o maior número possível de respostas. O questionário foi divulgado através de e-mails para alunos do curso de Desenvolvimento Regional, nas mídias sociais, em plataformas de mensagens instantâneas, em listas de e-mails e em lista de grupos. Ele foi composto de 13 questões e foram obtidas 85 respostas.

Das perguntas dos questionários, levantamos informações sobre como as pessoas veem a luta pela terra; o que sabem sobre o movimento; como veem as ações de solidariedade do movimento em tempos de pandemia; qual a relação da produção dos camponeses e do agronegócio; se veem a necessidade de reforma agrária no país; se a reforma agrária é apenas um problema de quem está no campo; por fim, se conhecem o Plano Emergencial da Reforma Agrária.

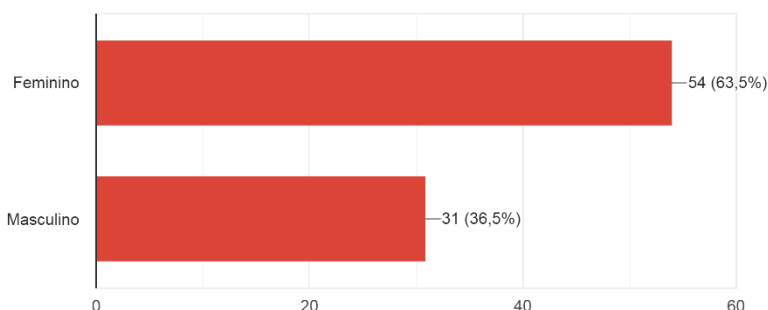
Nas primeiras questões, direcionamos para a identificação das pessoas e o nível de escolaridade. O maior número de respondentes era do sexo feminino (Gráfico 1); já em relação à escolaridade, a maior parte das pessoas pesquisadas apresentou um alto nível de formação, sendo 43,5% com graduação completa (Gráfico 2), o que pressupõe um maior grau de informação, quando comparado aos que concluíram o ensino médio (apenas 4,7%). Esse panorama da formação é importante para termos uma ideia de qual o perfil dos respondentes, entretanto não somos capazes de atribuir, através do questionário, quem sabe mais ou menos em relação ao movimento.

A terceira pergunta da pesquisa questionava se as pessoas conheciam ou não o movimento, e 70 pessoas, ou seja, 82,4%, responderam afirmativamente. Quando perguntadas sobre onde ouviram falar do movimento (se na mídia, livros ou outro meio), foram diversas respostas, contudo o que chamou atenção é que 48 pessoas, ou 56,5%, responderam que já leram sobre o movimento, enquanto 27,1% afirmaram que conheciam o movimento apenas através da mídia. As outras respostas afirmavam

que conheciam através de pesquisas, por meio de sites alternativos e da plataforma on-line do movimento; um dos respondentes fez estágio com o movimento, e outro conhecia o MST através do Fórum Social Mundial.

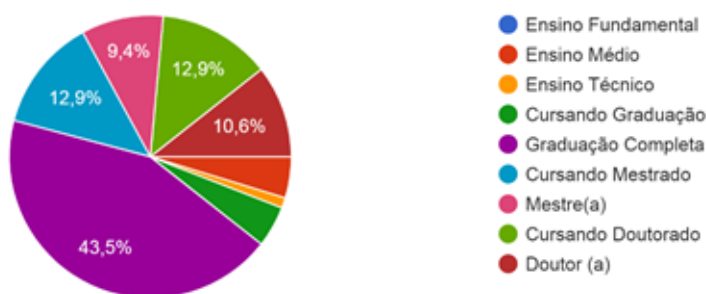
O que aqui se compreende é que as pessoas que tiveram acesso ao questionário e se dispuseram a respondê-lo, em sua maioria, conheciam o movimento ou tiveram alguma ligação com ele. É muito importante ver que há pessoas que estão atentas ou ligadas a uma discussão tão necessária em nossa sociedade.

Gráfico 1 – Sexo.



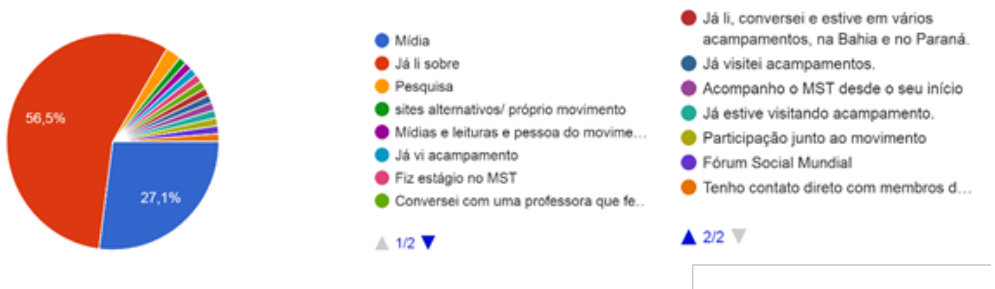
Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Gráfico 2 – Grau de Escolaridade.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Gráfico 3 – De onde o respondente conhece o MST.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

A luta pela reforma agrária está contida na luta pelo trabalho, pois é através do acesso à terra que os movimentos socioterritoriais estabelecem suas condições de vida, de produção e de acesso a outros direitos fundamentais. Na questão da produção, o MST é um movimento que tem lutado constantemente para estabelecer produções sem o uso de agrotóxicos e possibilitar uma melhor qualidade de alimentos saudáveis para quem tem acesso às suas produções.

Além disso, ele vem numa constante luta de combate à fome, como vimos na pandemia, em suas ações de solidariedade. Contudo, essas ações não se restringiram àquele momento, uma vez que o próprio movimento, em suas feiras de reforma agrária e nos armazéns do campo, instalados em cidades como São Paulo e Recife, busca atribuir preços justos às suas produções, bem como pratica muitas ações de solidariedade ao longo do ano.

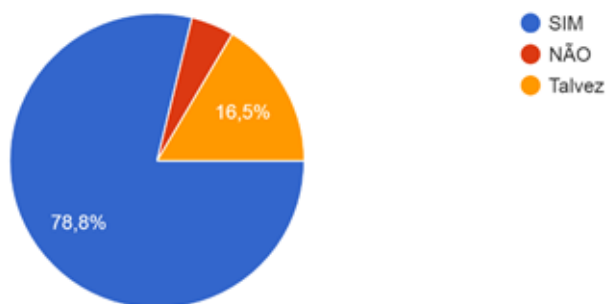
Sobre a pergunta: “Você considera que o MST é um movimento que pode ajudar no combate à fome no país?”, 78,8% dos respondentes disseram que sim, como podemos constatar no Gráfico 4.

Isso evidencia que a maior parte dos respondentes conhece o movimento. Além dessa pergunta, outra que pode ser alinhada a essa é: “Você considera que a organização popular é a melhor forma de combater as desigualdades do sistema capitalista?”. Para 74,1% das pessoas, as organizações populares ainda são a melhor forma de combater a desigualdade.

No Brasil, isso não é generalizado, quando vemos a grande criminalização de movimentos sociais ou comentários como esse posto no questionário: “[...] vejo muitos no MST próximo à minha casa com carros que parecem pertencer a pessoas de classe média alta, ou até mesmo classe alta. Deveria haver algo que tornasse o MST mais sério”. Vemos, aqui, que algumas pessoas não consideram que o movimento é sério e é organizado através de um projeto amplo, que engloba terra, trabalho,

educação, moradia, saúde e meio ambiente.

Gráfico 4 – Combate à fome - MST.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Por outro lado, há pessoas que têm outra visão do movimento, como o comentário a seguir: “O MST, mais do que um movimento pela distribuição menos seletiva da terra, é um movimento pela justiça social; pela soberania alimentar; pelo combate à pobreza, fome e miséria; pela diminuição da desigualdade social; pela autonomia, independência e soberania do Brasil”.

A sociedade precisa conhecer o movimento em seu processo histórico para compreender suas lutas e suas reivindicações, assim como o próprio movimento continua se fortalecendo e buscando se reafirmar enquanto um agente propulsor de mudança nos territórios do campo e da cidade no Brasil, pois, como afirmou Werner Fuchs, em matéria para o MST, no dia 5 de junho de 2020:

A força do MST está em ser um movimento não-armado, pacífico, mas ousado e firme. A ocupação de áreas é uma espécie de sequestro para forçar o governo a aplicar a lei da desapropriação. Nem sempre os meios de comunicação e a opinião pública sabem ou quer entender essa característica dos sem-terra. É mais fácil xingá-los de sujeitos fora-da-lei. Mas não é mais possível estagnar a transformação cultural camponesa de Norte a Sul, evidenciada na solidariedade e na “mística” dos símbolos, como a cruz de Ronda Alta, bandeira, bonés, etc. (FUCHS, 2020)

Nesse contexto de reconhecer o movimento como um exemplo de luta, solidariedade e organização, procuramos compreender como as pessoas veem o alimento que chega à sua mesa, ou seja, quem elas reconhecem como produtores

de seus alimentos.

Com base no Gráfico 5, a maior parte dos respondentes acredita que seus alimentos vêm dos camponeses, ou seja, dos produtores do campo. De fato, quem produz os alimentos são os camponeses, e o agronegócio apenas se apropria da produção de *commodities*. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, na agricultura familiar, temos a produção de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Gráfico 5 – Produção de alimentos.



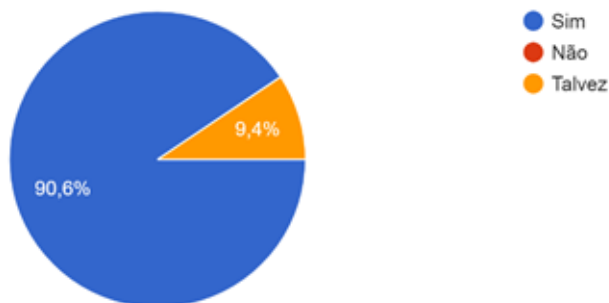
Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Nessa conjuntura, compreendemos que a reforma agrária é cada vez mais necessária para ampliar a produção dos camponeses, dando-lhes acesso à terra e a incentivos produtivos. Em nosso questionário, a maior parte das pessoas acredita que a luta pela reforma agrária é necessária em nosso país, o que nos mostra a importância do movimento em suas lutas e reivindicações ao Estado (Gráfico 6).

Nessa pandemia, o MST, assim como outros movimentos socioterritoriais, tiveram uma ampla participação em ações de solidariedade e contribuíram para pensar uma nova estratégia da reforma agrária, o que o movimento denominou de Plano Emergencial da Reforma Agrária. Vemos que os respondentes, em sua maioria, gostariam de conhecer o plano; 25,9% já conhecem a nova proposta (Gráfico 7).

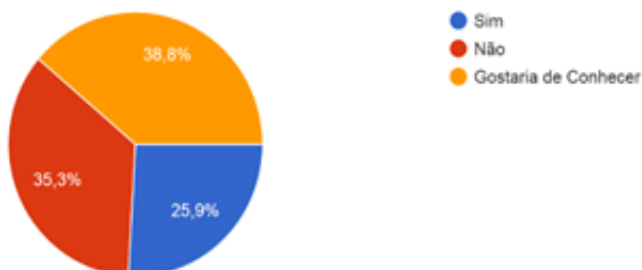
O plano está alinhado ao que a pandemia nos mostrou com tanta evidência, ou seja, a realidade de um Brasil desigual e que muitos insistem em esconder. Sem o apoio do governo, os movimentos socioterritoriais em todas as regiões do país deram um show de solidariedade, quando distribuíram toneladas de alimentos para as populações mais vulneráveis.

Gráfico 6 – Reforma agrária.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

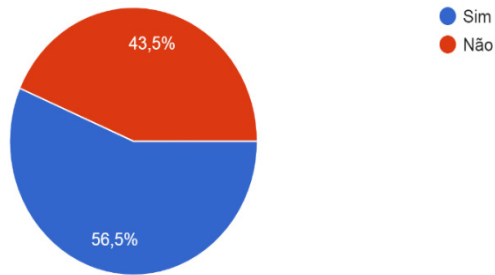
Gráfico 7 – Plano Emergencial da Reforma Agrária.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Para um respondente do questionário, “o MST deu uma aula de solidariedade durante a pandemia, mas infelizmente a grande mídia preferiu mostrar a ‘solidariedade’ das grandes empresas capitalista do que mostrar o que realmente deu certo nos movimentos sociais”. Em função dessa realidade, surge a seguinte pergunta: “Você conheceu, ou presenciou, alguma ação de solidariedade do MST na pandemia?”. Vimos, nas respostas, que ainda há muitas pessoas que não conheceram as ações do movimento na pandemia, em torno de 43,5%, o que equivale a 37 pessoas dentro do universo dos respondentes (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Ações de solidariedade do MST.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

O conjunto de respostas do questionário foi uma pequena amostra de que há muito para se aprender sobre os movimentos socioterritoriais, de forma muito especial, o MST, que na pandemia da Covid-19 viu uma oportunidade de demonstrar a solidariedade presente no movimento (FUCHS, 2020). Para Fuchs (2020), “o surgimento de epidemias cada vez mais agressivas (SARS, Ebola, Covid19) está diretamente ligado ao avanço predatório do capitalismo sobre o planeta”.

São os movimentos socioterritoriais que, através de suas ações frente ao Estado e ao capital, nos mostram as problemáticas que precisam ser debatidas na sociedade, tais como: desmatamento, mineração, concentração de terra e mudanças climáticas. Portanto, um planejamento articulado entre Estado, sociedade e movimentos socioterritoriais para a efetivação de uma reforma agrária popular pode nos ajudar a combater a degradação socioambiental à qual o sistema capitalista nos submete viver, tanto no território da cidade como no território do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 reestruturou nossas relações sociais, produtivas, econômicas, educacionais e de lutas sociais. Não imaginávamos que o ano de 2020 seria tão desafiador. No contexto dele, muitas pessoas precisaram se reinventar para adequar-se ao trabalho, ao ensino e até as lutas sociais, as quais, para alguns, passaram a ser de forma remota.

Não podemos dizer que essa situação provocou mudanças drásticas na sociedade, uma vez que, à medida que houve o afrouxamento das medidas de isolamento, vimos que a sociedade civil voltou a ocupar os espaços e se aglomerar. É um novo que precisamos enfrentar, conscientizando a população dos riscos e das necessidades de revermos nossas práticas em relação ao nosso comportamento diante da natureza,

nossa alimentação, nossa forma de produção etc.

A Covid-19 trouxe adversidades não só para a cidade mas também para o próprio território do campo. Em meio às profundas mudanças ocasionadas diante da pandemia, o presente trabalho buscou evidenciar que é possível encontrarmos modelos de produção e de desenvolvimento mais alternativos, os quais possam possibilitar a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Contudo, a conflitualidade tão presente na sociedade é outro desafio que precisamos enfrentar diante do desejo de sugerir mudanças que possam desenvolver outro modelo econômico, como o proposto pelo MST. É por meio da luta e da organização em movimentos socioterritoriais que eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se, em função da conquista dos acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos socioterritoriais como principais agentes de mudanças e resistência no campo brasileiro. E o movimento socioterritorial apresentado neste trabalho mostrou-nos como as ações de solidariedade são propulsoras para pensarmos mudanças diante da situação de desigualdade que vivemos no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio, *et al.* **Sopa de Wuhan**, Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 188 páginas 1.a edición: marzo 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

AUGUSTO BRANDÃO, Cristiane e SANTOS, Rogério Dultra (orgs) **Pandeminas e Pandemônio** (Livro eletrônico), Tirant au Blanc, 2020. (**Pandemia da Precarização do Mundo do Trabalho**/vários autores - pp. 193 -246).

BBC. Sars, Mers, Ebola, coronavírus – por que há cada vez mais surtos de vírus mortais pelo mundo? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-5129608>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

CANAL AGRO. **Fome no campo é agravada apesar de produção recorde**. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/saude-no-campo/fome-no-campo-e-agravada-apesar-de-producao-recorde/>. Acesso 18 de outubro de 2021

CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social - O MST e a Reforma**

Agrária no Brasil. São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

FERNANDES, BERNARDO M.; STEDILE, João P. **Brava gente:** a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires :CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2020.

FIOCRUZ. **A pandemia de covid-10 no Brasil:** crônica de uma crise sanitária anunciada. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036-a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-crnica-de-uma-crise-sanitria-anunciada>. Acesso em 04 de agosto de 2020.

FUCHS, Werner. **Reforma Agrária um caminho sem volta.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/>> Acesso em 05 de agosto de 2020.

FURLAN, Reinaldo O Significado da Crise da Sociedade Contemporânea. In.: Aoristo. **International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics**, Toledo, n°1, v. 1(2017) p. 159-187. Disponível em: <https://outraspalavras.net/podcasts/fome-no-brasil-o-mst-tem-um-plano/>. Acesso em 04 de agosto de 2020.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados [online]**. 2020, v. 34, n. 99, pp. 25-44.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.00>. Acesso em: 17 out. 2020.

IBGE. Biblioteca Virtual. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

IBGE. PNAD COVID19. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php> Acesso em: 17 out. 2020.

MAFORT, KELLI. **Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna.** Disponível em: [https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vidadigna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20\(KM\)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20desigualdade%20social](https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vidadigna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20(KM)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20desigualdade%20social). Acesso em: 22 de ago. de 2020.

MARTINS, Alfredo. **O SARS-CoV-2 vem para alterar os nossos hábitos.** Disponível em: <https://www.spmi.pt/o-sars-cov-2-vem-para-alterar-os-nossos-habitos/>. Acesso em: 17 out. 2020.

MATTEDI, Marcos A.; Ribeiro, Eduardo A. W.; Spiess, Maiko R. e Ludwig, Leandro. Epidemia e contenção: cenários emergentes da Pós-Covid-19. In.: **ESTUDOS AVANÇADOS**, v.34, n.99, 2020.

MATTEI, Lauro e Heinen, Vicente Loeblein. **Impactos da Crise da Covid-19 no Mercado de Trabalho.** In.: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT).

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 | dezembro 2016.** pp. 123 – 151.

MORIN, Edgar. **Pour une crisologie. Communications**, v. 25, 1976. La notion de crise. pp. 149-163.

MST. **7 de Agosto é o Dia Nacional de Luta e Luto.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/04/7-de-agosto-e-o-dia-nacional-de-luta-e-luto/>. Acesso em: 09 de ago. de 2020.

MST. **Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia.**

Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 19 de ago. de 2020.

MST. **Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-do-mst/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2020.

MST. **Reforma Agrária: um caminho sem volta.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

MST. **Solidariedade e Soberania Alimentar na Pandemia.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/27/artigo-%e2%80%8b-solidariedade-e-soberania-alimentar-na-pandemia/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

NERI, Marcelo C. **A escalada da Desigualdade: qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza?** Rio de Janeiro. FGV Social. Pesquisa disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

OUTRAS PALAVRAS. **Solidariedade e participação para enfrentar a fome no RS.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/solidariedade-e-participacao-para-enfrentar-a-fome-no-rs/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

POLITIZE. **Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão Agrária atual: Sergipe como referência para um Estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006).** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** São Paulo. Outras Expressões, Clacso, 2013. Coleção CLACSO- CROP.

REDE BRASIL. **MST lança plano emergencial de reforma agrária: ‘Vamos reerguer o Brasil com os trabalhadores.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com>.

[br/cidadania/2020/06/mst-lanca-plano-emergencial-de-reforma-agraria-reerguer-brasil-trabalhadores/](https://www2.ufjf.br/cidadania/2020/06/mst-lanca-plano-emergencial-de-reforma-agraria-reerguer-brasil-trabalhadores/). Acesso em 04 de ago. de 2020.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Pandemia e meio ambiente:** impactos momentâneos ou nova normalidade. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/24/pandemia-e-meio-ambiente-impactos-momentaneos-ou-nova-normalidade/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.